

PRESERVAR *VERSUS* RENOVAR: especificidade da política de preservação brasileira

Amélia Reynaldo¹

RESUMO

A excessiva transformação das cidades brasileiras e a frequente dificuldade de colocar em evidência a valorização do patrimônio construído conduzem a uma reflexão, em primeiro lugar, sobre as condições que regeram a criação da política de preservação nacional e como essa fundamentou as normativas locais de proteção do patrimônio imóvel de valor histórico, artístico e cultural; em segundo lugar, como se estrutura, na cultura urbanística nacional, o pensamento de renovação da cidade herdada do período colonial. Refletir sobre o papel que esses dois movimentos importantes da vida urbana e cultural nacional exerceram no tema da preservação no Brasil parece de extrema importância para compreender o fenômeno da intensa transformação urbana das cidades brasileiras e o pouco, ou reduzido, valor que se atribui aos bens construídos do passado como valor no presente e no futuro.

Palavras-chaves: urbanização; preservação; renovação urbana

ABSTRACT

Excessive transformation of Brazilian cities and the frequent difficulty of putting into evidence the enhancement of the built heritage conducive to reflection, firstly, on the conditions that governed the creation of a national preservation policy and how this fundamental local regulations to protect the property assets of historical, artistic and cultural value; secondly, how it is structured, in national urban culture, the thought of renewing the city inherited from the colonial period. Reflect on the role that these two important movements of national urban and cultural life exerted on the topic of preservation in Brazil for extremely important to understand the phenomenon of intense urban transformation of Brazilian cities and little or low value is attributed to the built assets last value in the present and the future.

Key words: urbanization; preservation; urban renewal

1. Repertório da formação urbana das cidades brasileiras

A formação inicial das cidades brasileiras esteve marcada pela presença portuguesa, a partir do século XVI, embora os holandeses tenham contribuído com um vasto conjunto de feitos urbanos durante a sua permanência em parte do território brasileiro, no século XVII. É, entretanto, no XIX que o pensamento estético, com direta repercussão na arquitetura e no urbanismo das

1 Arquiteta. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco. Doutora pela Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona (1998). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Laboratório das Paisagens Culturais

ameliareynaldo@yahoo.com.br

idades brasileiras, incorpora novo repertório, advindo da instalação da Missão Artística Francesa datada de 1816 (BRENNA, 1984).

A presença de técnicos e artistas franceses, inicialmente no Rio de Janeiro, abriu a possibilidade de relacionamento com novos padrões de ordenamento urbano, de concepção estética do edifício e de ensino da arquitetura e do urbanismo, dentre outros, com significativa repercussão em todo o âmbito urbano da época. A Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, criada em outubro de 1816, teve o arquiteto Grandjean, seguidor dos princípios classicistas, reconhecido como o primeiro professor oficial de arquitetura do Brasil, durante mais de 30 anos (BRENNA, 1987).

Além da presença dos técnicos, artistas e artífices franceses no Rio de Janeiro e na direção da escola de formação de arquitetos e artistas com inspiração clássica, Paris representava, no momento, o centro das ideias de vanguarda nas ciências, na técnica e nas artes, fato que a qualificava como excepcional opção para a formação de profissionais brasileiros em um amplo leque de profissões e ofícios.

No caso do Recife, o ordenamento urbano e o legado arquitetônico resultantes de três séculos de urbanização portuguesa e holandesa configuravam uma bela paisagem urbana, até meados do século XIX, ora referendada pelo padrão da cidade e da arquitetura portuguesa, ora remetida às influências holandesas, tanto na forma de fazer a cidade como na concepção do sobrado de estreita fachada, condizente com a escassez de solo para a ocupação urbana nas suas principais cidades.

Em 1834, assume o governo da Província de Pernambuco o matemático Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista), graduado em Paris e entusiasta das transformações urbanas pensadas por Haussmann para a capital francesa. É nesse contexto e frente à expectativa de crescimento do Recife que foi criada a Repartição de Obras Públicas (1837), apoiada na Lei Provincial de 1835 que permitia aos governadores dos estados brasileiros a contratação na Europa, principalmente França, Bélgica, Suíça e Alemanha, de técnicos, artífices e operários especializados, Rego Barros contratou 195 operários alemães que atuaram na elaboração de projetos e na execução das obras públicas em Pernambuco até 1844. Respalda pela Lei Estadual nº 53, de 1838, o governo de Pernambuco contratou técnicos franceses com a mesma responsabilidade e atuação dos alemães, que chegaram ao Recife em 1840, dentre os quais,

destaca-se o engenheiro graduado na *École de Ponts et Chaussées*, Louis Léger Vauthier (1840-1846), com reconhecida atuação na transposição da estética francesa para a arquitetura do Recife.²

Ao engenheiro alemão J. Bloem se atribui a autoria das regras e normas de edificação do Recife, de 1840, cujo conteúdo apresenta forte semelhança com as normativas de desenho francesas, e que tiveram como principal objetivo adequar a arquitetura produzida no Recife ao padrão da estética clássica então vigente na França. As Determinações de arquitetura, regularidade e aforamento da cidade definiram as dimensões para os novos edifícios (22 palmos no andar térreo, no 1º e 2º andar 21 palmos e 20 palmos no 3º andar), a dimensão das portas (12 1/2 palmos de altura e 6 de largura no andar térreo; nos 1º e 2º andar 12 palmos de altura e 6 de largura) e a exigência ou não de varandas (varandas corridas ou sacadas no 1º andar; varandas sacadas no 2º andar e apenas janelas de peitoril no 3º andar). Dentre outros aspectos da arquitetura, determinaram a obrigatoriedade do emprego da platibanda como elemento de acabamento da alvenaria da fachada e o embutimento da cobertura para todas as casas a serem edificadas ou reformadas, segundo um só molde fornecido e com a altura predefinida de 2 palmos para as casas térreas, 2 1/2 para as de um só andar, e 3 para as de 2 ou mais andares, ainda observando que todas as novas edificações deveriam ser uniformes e guardar as mesmas dimensões externas.³



Afrancesamento das construções da Rua do Imperador, 15 anos depois.
Fonte: João Ferreira Vilela, 1865 e Maurício Lamberg, 1880.

Em razão dessas regras, a arquitetura do período colonial e dominante na paisagem urbana do Recife, até meados do século XIX, perde, pouco a pouco, os beirais estendidos além das fachadas,

² REYNALDO, A. Las catedrales siguen siendo blancas. Un estudio sobre la política de tratamiento del centro antiguo de Recife (Brasil). Universidad Politécnica de Cataluña (tese doutorado). Barcelona, 1998. pp. 88-91

³ Determinações de arquitetura, regularidade e aforamento da cidade, 1840 in DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 4 de julho de 1840.

dentre outros elementos, e ganha o prolongamento da alvenaria da fachada, além da coberta, configurando uma estética urbana distinta da então vigente. É nesse contexto que se projetam, no início do século XX, as atuais Avenidas do Rio Branco e Marquês de Olinda, no âmbito do projeto de remodelação do Porto do Recife, exemplo do modelo radioconcêntrico defendido pela urbanística francesa do final do século XIX e início do XX. O projeto, segundo o modelo ditado pelo urbanismo defendido pelo *Société Française de Urbanistes*, complementa-se com a arquitetura eclética que dá fachada às novas vias.

A influência francesa seguiu regendo, no início do século XX, não somente a configuração das principais cidades do Brasil como também a estética nas artes, a rítmica da poesia e o padrão literário. É nesse ambiente de significativa inspiração francesa que emerge um movimento abraçado por um leque importante de intelectuais brasileiros, liderado pelo escritor Mário de Andrade, na defesa da busca de uma identidade nacional.

As iniciativas ocorridas na Semana de Arte Moderna de 1922 marcam a disposição de construção de uma identidade nacional livre das influências internacionais até então dominantes, em que o manifesto de Mário de Andrade expressa a dimensão do desejo de mudança na estética artística nacional de então:

todos os movimentos artísticos brasileiros têm sido até agora de imitação... carece fazer qualquer coisa de novo. O novo!...Esse foi o pensamento estético que nos agitou aqui durante a guerra. Onde estava o novo? Esse 'novo' seguia vindo de fora. O nosso atual movimento... espírito inteiramente voltado pro Brasil... todo sacrifício por esse ideal é bonito e não será vão; deixaremos ser afrancesados, deixaremos ser aportuguesados, germanizados, não sei o que mais, pra nos abrasilarmos.⁴

Apesar de não contemplar a arquitetura e o urbanismo nos primeiros reclamos a favor de uma arte moderna genuinamente brasileira, pode-se identificar no Manifesto Futurista do arquiteto Gregori Warchavchik, datado de 1925, a transposição em nível nacional das premissas que norteavam o incipiente debate internacional sobre o pensamento moderno ou racionalista como modelo de ordenamento da cidade e dos seus edifícios:

...cada época histórica tem sua lógica da beleza; as máquinas são o símbolo da época moderna; a casa é uma máquina, cujo aperfeiçoamento técnico permite uma distribuição racional de luz, calor, água fria e quente; as casas têm que considerar para a sua construção o cimento armado; o esqueleto de um edifício de cimento armado poderia ser um monumento característico da arquitetura moderna; o arquiteto moderno deve estudar a arquitetura clássica para

⁴ ANDRADE, Mário. Modernismo e ação in Cronologia Geral da obra de Mário de Andrade. LOPEZ, Telê Porto Anaconda. São Paulo: Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, número especial, 1970, pp. 117-149.

desenvolver seu sentimento estético... poderá observar quanto os arquitetos de épocas antigas sabiam corresponder as exigências do seu tempo; o arquiteto moderno deve deixar de copiar os velhos estilos e amar sua época; a nossa arquitetura deve ser apenas racional.⁵

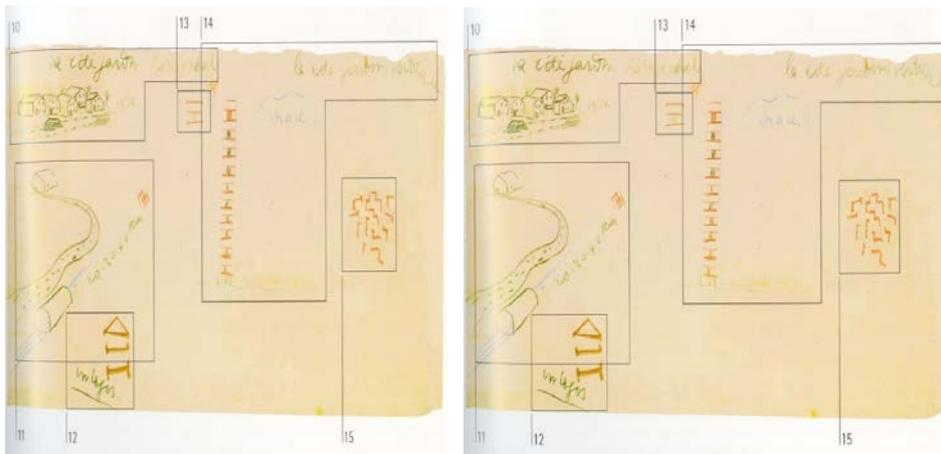
A defesa da produção moderna em lugar da cópia dos velhos estilos pelo arquiteto ucraniano, radicado no Brasil desde 1923, fazia parte dos primeiros escritos e pronunciamentos do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, como aquele feito no congresso realizado em Strasbourg, em 1923, sob o título *Où en est l'Urbanisme en France et à l'Etranger*. Na visão da figura máxima do racionalismo, era necessário não somente a ruptura do padrão que norteava a produção da arquitetura e do urbanismo como também a condenação da cidade por ele configurada: as cidades, cujos centros eram inutilizáveis ou imprestáveis, estavam enfermas; seria preciso descongestionar o centro, ao mesmo tempo aumentar a sua densidade e as vias que o atravessariam e por onde circulariam os veículos do novo tempo; as vias deveriam ser mais largas: “10 vezes mais que às atuais”, ou seja, conter a largura de 100 m em lugar dos “7, 9, 11 ou 15 atuais”; as novas superfícies construídas deveriam abrigar uma população que representasse uma densidade de “3 mil habitantes/ha em lugar dos 360 atuais”, como na Paris da época; tudo isso proposto em uma generosa área livre que deveria alcançar os 95% de solo, somente possível com o emprego de uma nova forma de arquitetura: os arranha-céus, sobre pilotis e cuja projeção na deveria ultrapassar 5% da superfície do solo.⁶

O interesse de Le Corbusier pelo Novo Mundo não tardou a ocorrer, provocado pelos intelectuais brasileiros comprometidos com o pensamento moderno. O arquiteto franco-suíço visitaria o Brasil em duas ocasiões: em 1929 e 1936, suficientes para marcar a aposta nacional a favor do ideário moderno ou racionalista da arquitetura e do urbanismo. Em 1929, em visita ao Rio de Janeiro, Le Corbusier defendeu a necessidade de definição de um zoneamento para a capital do país ao perceber a não existência da segregação de funções; a condenação da cidade horizontal viria a seguir, quando expôs sobre dois sistemas opostos, na sua visão: a cidade-jardim e a cidade-jardim vertical. A cidade-jardim horizontal seria aquela configurada pela construção de um primeiro pavimento, de um segundo pavimento, seguido do teto, por ele classificada como “um desvario inexplicável”, deveria dar lugar à cidade-jardim vertical; possível em razão da existência das técnicas modernas que permitiam fazer uma habitação em cima da outra: “eu recomoço a fazer uma habitação, depois outra, depois mais uma, e assim por diante. É possível criar cidades-jardins verticais... eu começo, deste modo, a obter um conjunto arquitetônico dos

⁵ <http://www.archdaily.com.br/br/01-148964/manifesto-acerca-da-arquitetura-moderna-gregori-warchavchik>, acessado em 19/11/2014, às 17h57.

⁶ LE CORBUSIER. *Les centres des grandes villes*. Conferência apresentada no *Congrès International d'Urbanisme - Où en est l'urbanisme en France et à l'Etranger* promovido pela Société Française des Urbanistes. Estrasburgo, 1923.

tempos modernos.” Somente assim, poderia a cidade “se expressar por formas arquitetônicas novas,” onde os grandes edifícios em altura se prestavam às necessidades da sociedade da época.



Cidade-jardim horizontal e cidade-jardim vertical: crítica e defesa por Le Corbusier.

Fonte: Le Corbusier – Rio de Janeiro: 1929-1936. Yannis Tsiomis (Editor) Paris. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

Lucio Costa encontrou nos pronunciamentos de Le Corbusier o repertório a ser adotado na sua prática profissional e o respaldo conceitual para a orientação na formação dos futuros arquitetos, por ele defendida em 1930 quando assumiu a direção da Escola Nacional de Belas Artes:

acho que o curso de arquitetura necessita uma transformação radical; não só o curso em si, mas os programas das respectivas cadeiras e principalmente a orientação geral do ensino; a atual é absolutamente falha. A divergência entre a arquitetura e a estrutura, a construção propriamente dita, tem tomado proporções simplesmente alarmantes; em todas as grandes épocas as forma estéticas e estruturais se identificaram; acho indispensável que os nossos arquitetos deixem a escola conhecendo perfeitamente a nossa arquitetura da época colonial; não com o intuito de transposição ridícula dos seus motivos, mas, de apreender as boas lições que ela nos dá de simplicidade perfeita, adaptação ao meio e à função, e conseqüentemente beleza.⁷

Em 1933, os modernos reunidos no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (os C.I.A.M) redigem os princípios de uma Carta de Urbanismo que oito anos mais tarde circularia entre o grande público com o título Carta de Atenas;⁸ entre os “pontos de doutrina,” nela apresentados, observa-se a severa crítica à cidade existente:

A maior parte das cidades estudadas oferece hoje uma imagem do caos: essas cidades não respondem de nenhuma maneira à sua destinação, que seria a de

⁷ LEONÍDIO, Otávio. Carradas de razões: Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924-1951). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

⁸ LE CORBUSIER. *La Charte d'Athènes. Avec un discours liminaire de Jean Giraudoux.* Paris : Éditions de Minuit, 1957.

satisfazer aos desejos primordiais biológicos e psicológicos de sua população.⁹

As condições de habitação nos densos setores urbanos são nefastas.¹⁰

As construções destinadas à habitação estão distribuídas na cidade em contradição com as necessidades da higiene.¹¹

A largura das ruas é insuficiente.¹²

As chaves do urbanismo (habitar, trabalhar, recrear e circular) defendidas pelo ideário moderno, cuja estrutura deveria ser determinada nos planos das cidades, respeitadas as seguintes condições básicas: (a) um número mínimo de horas de insolação fixado para cada compartimento da habitação considerada o centro das “preocupações urbanísticas;”¹³ (b) a proibição de manutenção dos alinhamentos das habitações ao longo das vias; (c) a consideração das pesquisas técnicas modernas para elevar a altura das construções; (d) a implantação das construções de modo a permitir a criação das superfícies verdes; (e) a demolição das quadras “insalubres”; (f) a redefinição da largura das vias de modo a receber adequadamente a circulação dos veículos; (g) a preservação dos valores arquiteturais, desde que não fosse mantida a moradia em condições insalubres, ou que a sua permanência representasse obstáculo ou prejuízo aos “elementos vitais de circulação; esses somente poderiam ser suprimidos pela demolição da construção existente.”

Como observado, os princípios modernos apostam em duas questões fundamentais que passaram a ser doutrina da prática e da formação dos arquitetos brasileiros: (a) a negação da cidade existente e (b) a defesa dos elementos que deveriam configurar o novo ordenamento urbano, tanto da circulação e dos espaços livres como do padrão da arquitetura. Importante ressaltar a especificidade da preservação dos “valores arquiteturais” na postura adotada pelos modernos no Brasil. Cabe a eles, liderados por Mário de Andrade, Lucio Costa e Rodrigo de Melo Franco, dentre outros, a institucionalização e a defesa das representações singulares do passado, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a promulgação do Decreto-lei nº 25, em 1937, que constitui e inscreve nos Livros do Tombo o conjunto dos bens imóveis identificados nas cidades brasileiras.¹⁴

2. Política nacional de preservação: nacional e local

⁹ Idem. p. 95.

¹⁰ Idem. p. 34.

¹¹ Idem. p. 37.

¹² Idem. p. 78.

¹³ Idem. p. 102.

¹⁴ Lei Federal de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Decreto-lei nº25 de 30/11/1937.

A participação dos técnicos da entidade de proteção nacional nas intervenções na vizinhança dos edifícios tombados pelo SPHAN tem sua origem na recomendação do artigo 18 do Decreto-lei nº 25 que delega ao órgão a atribuição de proceder à análise e de autorizar todas as futuras construções na vizinhança dos bens convertidos em patrimônio nacional.¹⁵ A atuação dos arquitetos modernos que atuavam na repartição tutela uma importante transformação de parte da área central do Recife, notadamente dos bairros de Santo Antônio e São José, ao tempo que a adesão ao repertório do ideário moderno criou as bases para a cultura urbanística nacional, calcada em quatro pilares: (a) a preservação de algumas construções isoladas e/ou conjuntos urbanos representativos das primeiras urbanizações; (b) a substituição indiscriminada da cidade existente; (c) a validação de um novo padrão arquitetônico caracterizado pela construção isolada no terreno, garantindo “um número mínimo de horas de insolação para cada compartimento da habitação” e (d) o reconhecimento do edifício vertical como patrimônio moderno, apto a dialogar com o monumento tombado.

Com base nessa espetacular convivência de duas questões aparentemente contraditórias foi que, por exemplo, deu-se a autorização para a construção de um edifício com 18 andares na vizinhança das Igrejas do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo e do convento da mesma ordem religiosa, tombados pelo SPHAN em 1938 e localizados no bairro de Santo Antônio, como afirmou Lucio Costa, no seu parecer datado de 20 de abril de 1954. Nesse sentido, o monumento do pensamento moderno dialoga com o monumento tombado pelos modernos:

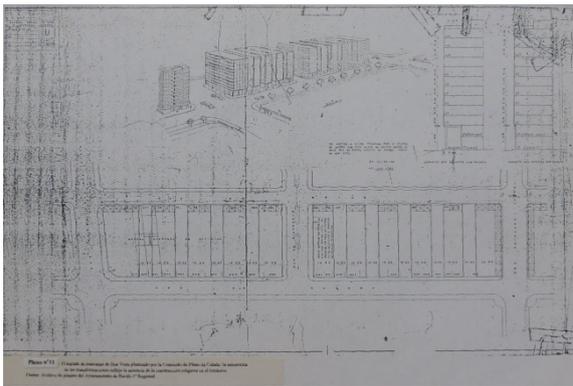
construção do edifício de 18 pavimentos foi acertadamente por mim juntamente com o arquiteto Reidy como decorrência do novo critério urbanístico sugerido à municipalidade e ainda porque o terreno tem frente para uma praça onde seriam edificados edifícios altos...¹⁶

A sintonia entre o pensamento urbanístico defendido pelos arquitetos modernos com atuação nacional e local era tão intensa que, após a remodelação da Avenida Guararapes (Nestor de Figueiredo, dentre outros, e Comissão do Plano da Cidade, na década de 1930), o plano do engenheiro paulista Ulhôa Cintra, aprovado em 1943, deflagra um conjunto de iniciativas no âmbito da Comissão do Plano da Cidade em conjunto com o Escritório Técnico da administração local. Ainda que a remodelação da Avenida Guararapes estivesse pautada nos princípios do urbanismo da *Société Française d'Urbanisme*, porém com prenúncios do urbanismo moderno, a atuação urbanística a ela seguida no Recife esteve marcada por um caráter eminentemente moderno.

¹⁵ REYNALDO, A. op.cit. p. 231.

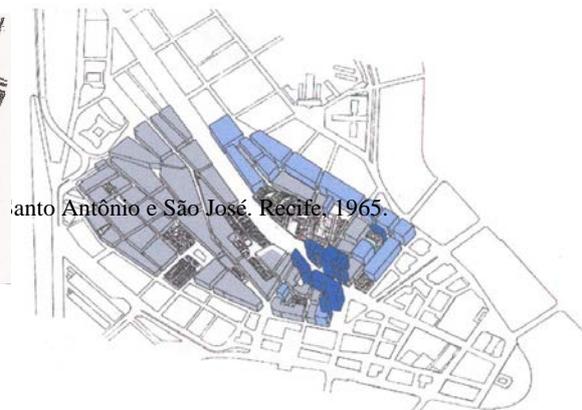
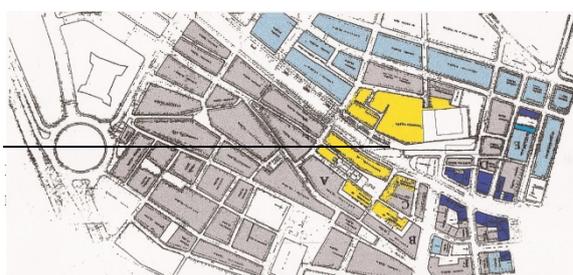
¹⁶ Informação s/nº de Lucio Costa ao Diretor do SPHAN, Rodrigo de Melo Franco, de 20/04/1954, no processo de solicitação de apreciação do projeto da sede do Banco da Lavoura de Minas Gerais, ao Prefeito do Recife, em 18/03/1954. Arquivo da Superintendência Regional do Iphan, PE.

Datam de 1946 os projetos de quadra de Antônio Bezerra Baltar para o entorno da Igreja da Boa Vista e Rua da Aurora, que contemplavam parte significativa dos princípios defendidos por Le Corbusier no congresso de urbanismo de Strasbourg, em 1923, como se observa nas figuras a seguir. Data de 1953 a aprovação da Lei nº 2.590, em que a elaboração do conteúdo contou com a participação do arquiteto carioca Acácio Gil Borsoi, radicado no Recife desde 1951. Essa normativa traduziu o pensamento moderno no âmbito local e inaugurou a aplicação dos recuos progressivos de modo a configurar o edifício vertical com a garantia da insolação e da ventilação.¹⁷



Projetos de quadra – Antônio Bezerra Baltar.
Fonte: REYNALDO, A. op.cit.

A expectativa protecionista segue os impulsos da renovação da cidade existente, cujos exemplares significativos são mantidos em meio a novos padrões da edificação e do viário que os circundam. Finalmente, em 1965, materializa-se a aspiração de determinar os critérios de renovação de Santo Antônio e São José com foco na visibilidade dos edifícios protegidos. Foi aprovado o Plano de Gabarito de Santo Antônio e São José, vigente até 1979, quando se aprovou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife. Como se observa nas figuras a seguir, foram delimitados os edifícios e as áreas tombadas e definidas as manchas de um vasto âmbito passível de transformação por meio de novas construções, com alturas que variavam de 2 a 10 pavimentos. Quanto mais próxima do edifício ou conjunto urbano tombado, menor gabarito deveria ter a nova construção, e não seriam permitidos edifícios com mais de 10 pavimentos. Apesar da redução do número de pavimentos e da menor altura dos edifícios na vizinhança imediata do bem imóvel tombado, a lógica de renovação urbana e de negação da cidade existente estava visível no plano.¹⁸



Santo Antônio e São José, Recife, 1965.

Plano de Gabarito de Santo Antônio e São José, 1965.
Fonte: REYNALDO, A. op.cit

O Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR, de 1976, coordenado pelo arquiteto Geraldo Gomes, orientou a elaboração da preservação de um universo construído bastante significativo do Recife.¹⁹ Em 1978, foi aprovado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, precedido de um vasto inventário que permitiu a classificação de áreas como Sítio Tombado, Conjuntos Antigos, Edifícios Isolados e Ruínas, a partir de dois níveis de preservação: rigorosa e ambiental. Apesar da cobertura de um número elevado de edifícios e de conjuntos urbanos, a legislação de preservação local guarda a mesma lógica da dicotomia entre preservar e renovar: manutenção e restauração dos edifícios classificados como de preservação rigorosa e renovação dos existentes no setor de preservação ambiental, desde que a nova construção atenda ao gabarito máximo e aos parâmetros de ocupação estabelecidos para cada zona de proteção.²⁰



Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, 1979.
Fonte: acervo da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC).

Conclusão

A convivência entre preservação e renovação, presente em quase um século de prática de ordenamento das cidades brasileiras, consolida o ideário moderno como cultura urbanística nacional. Como se pôde observar nas análises desenvolvidas, a identificação nacional com os princípios modernos defendidos por Le Corbusier molda a relação do tratamento urbanístico da cidade herdada em quatro séculos de urbanização e cria as bases para a construção da cidade a

¹⁹ FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (FIDEM). Recife: Plano de Preservação dos Sítios Históricos, 1978.

²⁰ Prefeitura da Cidade do Recife. Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, 1979.

partir do século XX.²¹ A renovação resulta como a alternativa desejável para a substituição da “insana” cidade antiga, enquanto a preservação de representações singulares do antigo traçado se torna suficiente para o registro de momentos da urbanização precedente. Se aos modernos brasileiros da primeira metade do século XX coube a enorme responsabilidade de conceituar a preservação como guarda de algumas peças da cidade no âmbito do pensamento renovador, cabe aos modernos contemporâneos o importante desafio de renovar (apenas) algumas partes da cidade e atuar na valorização e manutenção da cidade existente, além da simples seleção de representações, dando-lhe a qualidade e o suporte que em boa medida lhe foram negados.

²¹ A apresentação de argumentos do posicionamento dos higienistas emprestaria importante contribuição ao tema. Em razão dos objetivos do IV Seminário Arquitetura em foco: patrimônio cultural, desafios e perspectivas, esse documento tem seu centro na especificidade da política de preservação nacional e no seu reatamento local, por entender a contribuição que essa abordagem oferece ao debate proposto.

Referências

- ANDRADE, Mário. Modernismo e ação in Cronologia Geral da obra de Mário de Andrade. LOPEZ, Telê Porto Anacona. São Paulo: Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, número especial, 1970, pp. 117-149.
- BRENNA, Giovanna Rosso del. Ecletismo no Rio de Janeiro (século XIX-XX) in Ecletismo na arquitetura brasileira. Org. Annateresa Fabris. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Nobel, 1987.
- _____. Rio: uma capital nos trópicos e seu modelo europeu. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº19, 1984.
- CAVALCANTI, Lauro. As preocupações do Belo. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1993.
- _____. (organizador). Modernistas na repartição. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro e Paço Imperial, 1993.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO de 4 de julho de 1840. Recife: Determinações de arquitetura, regularidade e aforamento da cidade, 1840.
- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE - FIDEM. Recife: Plano de Preservação dos Sítios Históricos, 1978.
- GUERRA, Flávio. O conde da Boa Vista e o Recife. Recife: Fundação Guararapes, 1973.
- Informe s/nº de Lucio Costa ao Diretor do SPHAN, Rodrigo de Melo Franco (20/04/1954). Arquivo da Superintendência Regional do Iphan, PE.
- LE CORBUSIER. *Le centres des grandes villes*. Conferência apresentada no *Congrès International d'Urbanisme - Où en est l'urbanisme en France et à l'Etranger* promovido pela Société Française des Urbanistes. Estrasburgo, 1923.
- LEONÍDIO, Otávio. Carradas de razões: Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924-1951). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.
- Lei Federal de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Decreto-lei nº25 de 30/11/1937.
- Prefeitura da Cidade do Recife. Plano de Gabarito de Santo Antônio e São José. Recife, 1965.
- _____. Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife. Recife, 1979.
- <http://www.archdaily.com.br/br/01-148964/manifesto-acerca-da-arquitetura-moderna-gregori-warchavchik>
- REYNALDO, A. *Las catedrales siguen siendo blancas. Un estudio sobre la política de tratamiento del centro antiguo de Recife (Brasil)*. Universidad Politécnica de Cataluña (tese doutorado). Barcelona, 1998.
- TAUNAY, Afonso. Rio de Janeiro: A missão artística de 1816 in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 18, 1956.
- TSIOMIS, Yannis (org.) Le Corbusier – Rio de Janeiro: 1929-1936. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.